



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

ROBERTO DA FONSECA DINIZ

**TESTANDO A FORÇA DO DISCURSO FISCALISTA SOBRE UM GRUPO
VULNERÁVEL: UM EXPERIMENTO SOBRE A EXPANSÃO DA GRATUIDADE
DO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO DA UnB**

BRASÍLIA

2024

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

ROBERTO DA FONSECA DINIZ

**TESTANDO A FORÇA DO DISCURSO FISCALISTA SOBRE UM GRUPO
VULNERÁVEL: UM EXPERIMENTO SOBRE A EXPANSÃO DA GRATUIDADE
DO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO DA UnB**

Monografia apresentada ao Instituto de Ciência Política (IPOL) da Universidade de Brasília (UnB) como requisito à obtenção do título de bacharel em Ciência Política.

Orientador: Professor Dr. Joscimar Souza Silva.

Resumo

O presente trabalho busca proporcionar uma contribuição acadêmica sobre a opinião estudantil acerca das políticas públicas de auxílio na Universidade de Brasília, dentro das chamadas políticas de assistência no âmbito da educação. No decorrer do trabalho serão analisados aspectos relacionados à aprovação ou rejeição à política de subsídio ao preço do Restaurante Universitário do Campus Darcy Ribeiro (Asa Norte). Além disso, serão considerados diversos fatores socioeconômicos e demográficos que podem alterar a percepção subjetiva sobre a política de assistência em análise e demais ações de manutenção dos estudantes na Universidade de Brasília, todas oferecidas pelo Decanato de Assuntos Comunitários (DAC) da Universidade. Para avaliar objetivamente, foi elaborado um questionário e auto-aplicado para os estudantes para que esses respondessem anonimamente. Os resultados mostraram que a separação dos estudantes em dois grupos – os que são beneficiados pela Bolsa Alimentação e os que não são – não gera diferença na rejeição ou aprovação do Programa de Bolsa Alimentação. Os dados coletados foram analisados através do programa *Rstudio* com regressões lineares para verificar a correlação entre o tipo de acesso ao RU - se gratuito ou por preço integral - e o apoio à expansão dessa e outras políticas de manutenção nas universidades. Os resultados demonstraram que a renda dos estudantes não influencia significativamente no apoio aos programas de assistência.

Palavras-chave: Restaurante Universitário; Programas de Assistência; Assistência Estudantil; Políticas de Permanência Estudantil; Opinião Estudantil; Restrição Orçamentária.

SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	5
Introdução.....	6
Revisão da Literatura.....	7
Hipótese de Pesquisa	12
Metodologia.....	12
Análise Descritiva de Dados e Resultados	17
Considerações finais	27
Referências Bibliográficas.....	29

Introdução

A renda do estudante influencia na opinião sobre as políticas de assistência e permanência oferecidas pela Universidade de Brasília aos mais vulneráveis? No presente trabalho, explorar-se-á a relação entre as políticas de assistência oferecidas pela Universidade de Brasília e o seu apoio entre os estudantes, que serão – para a operação experimental - divididos entre dois grupos: os que acessam o Restaurante Universitário gratuitamente e os que pagam o valor integral para almoçar no RU.

A pergunta de pesquisa teve por objetivo coletar opiniões e mitigar os efeitos da desejabilidade social sobre as perguntas (algumas consideradas polêmicas) e os temas, por isso as respostas foram registradas através de um questionário auto-aplicável, que possui como vantagem a padronização das perguntas e o anonimato das respostas, pois não há interação direta com um entrevistador, o que pode reduzir o viés de desejabilidade social (CRESWELL, 2007). O intuito dessa pesquisa foi medir se os alunos realmente desejam um RU gratuito para todos, em consonância com a defesa de mais políticas assistenciais, ainda que isso possa prejudicar outras ações de assistência oferecidas pela UnB. Para tanto, partiu-se do pressuposto que o orçamento da Universidade de Brasília não é reajustado ou então está sendo gradativamente reduzido, portanto o incremento de gastos em uma área/programa da universidade requer cortes em outros setores (DORNELAS, 2023). A intenção é comparar a resposta dos estudantes com as pautas geralmente defendidas em protestos pela Universidade de Brasília e em assembleias dos centros acadêmicos de forma a não expor nenhum aluno, seja ele a favor ou contra a proposta, considerando que a expansão de um programa pontual pode prejudicar outros alunos participantes de outros programas assistenciais.

O objetivo da pesquisa e desse trabalho é contribuir com a literatura sobre políticas de educação e assistência, que muitas vezes, como será observado adiante, se limita a questões raciais e étnicas (BURLE e TURGEON, 2020; CHAVES, TURGEON, WIVES, 2014). Dessa forma, um dos objetivos é enriquecer a literatura discutindo as políticas educacionais sob outro prisma: o da renda. A partir disso, é possível medir a opinião estudantil pela ótica socioeconômica do estudante, que é o principal critério levado em consideração quando a UnB concede bolsa-alimentação para seus estudantes.

A metodologia de pesquisa consiste em um *survey* online, autoaplicado a estudantes da UnB usuários do Restaurante Universitário em que as respostas são sigilosas, contendo perguntas

sobre informações socioeconômicas dos participantes. Para realizar tal, o autor desse trabalho usou o programa *Qualtrics*, o qual gera questionários em blocos.

Após a seção que explica a metodologia de pesquisa, serão exibidos e analisados os dados, juntamente com a obtenção de resumos estatísticos e respostas à pergunta inicial e à hipótese de pesquisa, utilizando regressão linear e outras ferramentas estatísticas. Os resultados mostraram que não há uma diferença estatisticamente significativa entre os alunos que são confrontados com a questão de limitação orçamentária da UnB e a necessidade de realocação de recursos em caso de expansão de políticas assistencialistas (grupo tratado) em relação aos demais. A partir disso, observou-se que os estudantes estão mais preocupados com a assistência em si do que com a fonte de custeio e o impacto sobre os demais estudantes. Participaram dessa pesquisa uma amostra de 276 respondentes dentro da população média de 6000 alunos que utilizam o RU diariamente (UNB, 2018), resultando em uma margem de erro de 5,8 pontos percentuais. Por fim, chegar-se-á às considerações finais, em que se retoma brevemente os resultados e objetivos desse trabalho, sinalizando para possíveis linhas de pesquisa dentro das políticas de educação, ainda muito focadas no caráter racial, mesmo após passada mais de uma década da promulgação da Lei de Cotas (CHAVES; TURGEON; WIVES, 2014).

Revisão da Literatura

A partir de 2016, a ascensão do governo Michel Temer retomou políticas de cunho neoliberal, de controle de gastos e austeridade fiscal. Nesse sentido, a propositura pelos aliados do governo, o qual detinha maioria no Congresso Nacional, e subsequente promulgação da Emenda Constitucional Nº 95 de 2016 estabeleceu um teto para o reajuste anual das despesas primárias dos poderes da República, de forma que esses gastos seriam os mesmos dispêndios no exercício anterior reajustados pela inflação (Brasil, 2016). Dessa forma, autores demonstram como a instituição desse mecanismo legal de contenção dos gastos públicos colocou em xeque a manutenção de estudantes de baixa renda na Universidade de Brasília e, sob muitos outros aspectos em análise, o próprio funcionamento diário das Universidades Federais (BIZERRA et. al., 2022), de modo que foram submetidas a um desmonte estrutural. A partir dos cortes orçamentários provocados pela União no Ministério da Educação para atingir a meta fiscal e, devido ao fato de que a folha de salários dos servidores concursados é resguardada constitucionalmente, os recursos que foram afetados substancialmente foram os chamados

discricionários, em que as Universidades têm autonomia de manejo, e estes são muitas vezes a principal fontes de custeio das políticas de inclusão. Por consequência, as ações de inclusão e manutenção dos estudantes são afetadas substancialmente, colocando em dúvida a eficiência e a exequibilidade das políticas de auxílio socioeconômicos, pois é criada uma demanda reprimida e atende-se somente a uma pequena parcela dos estudantes que pleiteiam ajuda econômica. Tais auxílios são oferecidos através dos Programas de Assistência Estudantil (PPAES), que incluem, entre algumas de suas ações práticas, isenção no custo de alimentação do Restaurante Universitário, auxílio socioeconômico, moradia estudantil na Casa do Estudante Universitário (CEU), auxílio-moradia estudantil, transporte, creche, entre outros (SANTOS; ABRANTES; ZONTA, 2021).

A literatura dominante sobre o experimento de listas e as políticas de inclusão social se centram no debate acerca da raça (BURLE e TURGEON, 2020; CHAVES; TURGEON; WIVES, 2014; KLUEGEL & SMITH, 1983; SILVA, SAMPAIO, 2022; VIDIGAL, 2015). Burle e Turgeon (2017) mostram que estudantes de classes raciais historicamente favorecidas não são influenciados pelo sentimento de desejabilidade social quando o debate é sobre políticas de inclusão e afirmação nas universidades federais, mas os estudantes negros e indígenas, historicamente desfavorecidos - que são os grupos que o público alvo das políticas afirmativas - tendem a subinformar seu apoio, ou seja, escondem publicamente sua concordância com a ação afirmativa, apesar de considerarem, em seu foro íntimo, uma ação positiva. A partir disso, deve-se esclarecer que autores que teorizam sobre atitudes raciais consideram o interesse econômico individual de caráter competitivo como um motivo para rejeição das ações afirmativas pelos indivíduos brancos, ou seja, brancos e negros competindo por empregos e outros recursos econômicos escassos como se estivessem defendendo seus interesses (KLUEGEL & SMITH, 1983).

Nesse sentido, atitudes de auto-interesse são normalmente conceituadas como as imprescindíveis para a consecução de objetivos apreciados pelos indivíduos, ou seja, são aqueles interesses diretamente proporcionais ao bem-estar material da vida pessoal dos seres humanos, como finanças, saúde, residência, capacidade econômica familiar e etc. Dessa forma, removem-se objetivos não financeiros, como moral espiritual, prestígio social ou aparência (*status*). Excluem-se também das atitudes de autointeresse objetivos de longo prazo que não influenciem no bem estar de curto prazo (VIDIGAL, 2015). A partir do que foi dito, é seguro afirmar que o autointeresse de indivíduos ou grupos sociais é explicativo da baixa adesão ou baixo apoio às políticas públicas que distribuem benefícios a segmentos populacionais

específicos, de modo que o autointeresse individual seria substancialmente influenciado pelas perdas significativas ou benefícios perceptíveis para um membro de um grupo social ou à integralidade do grupo. Com isso, os indicadores sociais pessoais ou familiares dos indivíduos geram efeitos sobre a aprovação ou desaprovação das políticas públicas de natureza afirmativa por causa dos interesses privados desses indivíduos (BOBO & KLUEGEL, 1993).

Dessa forma, o conceito de auto-interesse, dando foco no pensamento individualista, material e determinante de curto e médio prazo das ações e visões humanas será definido como a defesa de interesses. Nesse sentido, diversas enquetes já mostraram uma relação inversamente proporcional, ainda que leve, entre renda e apoio a gastos sociais – aspecto muito importante na elaboração desse artigo (BOBO & KLUEGEL, 1993; KLUEGEL & SMITH, 1983). No entanto, a defesa de interesses está muitas vezes influenciada também por pertencimento ou identificação com um grupo social, de modo que nem sempre os interesses econômicos individuais são os únicos determinantes. Os autores mostram ainda que, com base na defesa de interesses, as políticas sociais redistributivas de renda são mais populares entre as classes mais baixas, independentemente de levar em conta o fator raça (BOBO & KLUEGEL, 1993).

A literatura mostra também que, entre 2005 e 2015, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) afirmou que houve uma democratização do ensino superior, principalmente na rede pública, com um incremento proporcional de estudantes de renda mais baixa e de estudantes negros (BASSO-POLETTI; EFROM; BEATRIZ-RODRIGUES, 2020). Contudo, a desigualdade econômica e das condições de acesso à universidade continuam significativas. Dessa forma, a diversidade não é elementar isolada e normalmente está associada a outras condições de vulnerabilidade, fenômeno chamado de interseccionalidade, o que gera óbice ainda maior à inclusão de grupos sociais.

Não obstante, é mister mostrar que existem há quase vinte anos políticas de ações afirmativas que visam a inclusão de estudantes mais humildes na comunidade discente das Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras. Porém, em estudos sobre tais iniciativas, mapearam-se as percepções dos estudantes da Universidade de Brasília (UnB) sobre as políticas de ações afirmativas (FERREIRA; SANTOS; KIPNIS, 2023). Conclui-se a partir de tais estudos que, apesar dos estudantes beneficiados serem sensíveis à imprescindibilidade da política afirmativa para a estrutura comunitária, não há acordo com relação às causas e ações tomadas ou até mesmo quanto à veracidade de um problema educacional (ALBUQUERQUE & PEDRON, 2018).

Contudo, quando a discussão circunda as políticas de educação e assistência propriamente ditas, a literatura nacional e internacional descrevem diferentes tipos de efeitos a depender do tipo de política, do local de aplicação e das instituições - se públicas ou privados -, como se observa a seguir.

A literatura nacional sobre políticas públicas no sistema educacional tem se debruçado sobre políticas de assistência e permanência, com foco nos fatores de evasão estudantil e na importância de programas de assistência estudantil para a manutenção dos estudantes no âmbito acadêmico (NIERTOTKA; BONAMINO; CARRASQUEIRA, 2023). Além disso, exibem-se dados alarmantes de que, na educação superior privada, as taxas de evasão e não conclusão de curso do estudante é superior à taxa de evasão nas IES públicas, não obstante a maior parte da população brasileira curse seu ensino superior ou tecnológico em faculdades privadas (SILVA; SAMPAIO, 2022). Dessa forma, gera-se uma verdadeira exclusão do sistema educativo brasileiro na medida em que uma quantidade enorme de estudantes não consegue se formar por condições socioeconômicas ou psicoemocionais adversas, que os leva a abrir mão da educação superior (NIERTOTKA; BONAMINO; CARRASQUEIRA, 2023). Autores apontam ainda para a necessidade de olhar todas as condições culturais, sociais, econômicas e institucionais do fenômeno de evasão (TINTO, 2006). Contudo, a discussão aqui foca nas políticas de permanência e de auxílio oferecidas pelas IES públicas, mais especificamente pela Universidade de Brasília (UnB). Além disso, a literatura também é uníssona em mostrar que o recebimento de apoio da assistência estudantil, que geralmente se traduz em auxílios financeiros diretos e indiretos, em regra aumenta as chances de permanência e de conclusão de curso do estudante universitário, como mostram estudos feitos na região sul do país, em que os estudantes que recebem apoio financeiro possuem 69% menos de chance de se evadirem (NIERTOTKA; BONAMINO; CARRASQUEIRA, 2023).

De maneira semelhante, uma pesquisa demonstrou o mesmo fenômeno, porém na Universidade Federal do Oeste Baiano (UFOB). Nesse estudo, 98,4% dos estudantes afirmaram que pediram ajuda aos programas de apoio à permanência em algum momento de sua graduação, sendo que 48,3% e 24,78% do total de estudantes que recorrem à Assistência Estudantil se beneficiam dos programas de alimentação e moradia, respectivamente, representando subvenções financeiras indiretas (SANTOS; FREIRE, 2022). Dessa forma, quando perguntados sobre as motivações para abandonar o curso, as dificuldades e restrições financeiras aparecem dentre os principais fatores, seguidos pela exigência do curso e pelos problemas em conciliar trabalho e estudos (SANTOS; FREIRE, 2022).

Em situação diferente, um estudo sobre a avaliação da efetividade da assistência estudantil na Universidade de Brasília (FERREIRA; SANTOS; KIPNIS, 2023) mostrou que muitos estudantes selecionam seus cursos com nível baixo de informações, e portanto se desiludem na universidade e abandonam o curso. Além disso, os mesmos autores demonstram que estudantes ingressam nos cursos que não são sua opção principal apenas para ingressar no ensino superior, impactando futuramente a satisfação e dedicação nos estudos e posteriormente no seu abandono (FERREIRA; SANTOS; KIPNIS, 2023). Em segundo lugar, a inscrição em cursos que oferecem melhores condições de empregabilidade, como direito, medicina e engenharias influenciam diretamente na permanência e regularidade do curso, sendo esse um fator que reprime as taxas altas de evasão dentro desses cursos. Porém, tal estudo mostrou ainda que o principal problema da UnB não é propriamente o de evasão, dado que sua taxa é semelhante à média nacional, mas o de retenção, quando o estudante fica além do tempo do seu curso, criando problemas no financiamento universitário, visto que, de acordo com um relatório da própria UnB, as instituições com menos retenções recebem mais recursos por aluno (FERREIRA; SANTOS; KIPNIS, 2023).

Em outro estudo realizado, os autores encontraram que a avaliação e o impacto da mesma política pública de permanência e auxílio pode ter diferentes resultados a depender da localização e da instituição em si (SILVA; SAMPAIO, 2022). Como exemplo, os autores demonstram que uma política feita na Universidade Federal da Paraíba teve resultados positivos e concluíram que o PNAES é eficaz quanto ao objetivo da permanência estudantil. Por outro lado, os dados coletados sobre a mesma política, realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mostraram que não havia correlações estatisticamente significantes no que tange às dez áreas de intervenção do PNAES e a permanência dos alunos (SILVA; SAMPAIO, 2022). Ou seja, para a mesma política, os autores demonstram que nem sempre há correlação estatisticamente significativa entre ajuda financeira e permanência de alunos. Além disso, quando analisados os empréstimos estudantis, mostrou-se que imediatamente há um incentivo à permanência estudantil, porém no longo prazo a dívida acumulada tem um efeito contrário, ou seja, há um efeito negativo na permanência e nenhum efeito na obtenção de diplomas (SILVA; SAMPAIO, 2022).

Por outro lado, percebe-se que a literatura internacional sobre políticas de permanência trabalha muito mais com a perspectiva de universidades privadas, dado que a maioria das universidades nos EUA, Europa e Oceania são privadas ou parcerias público-privadas que cobram tarifas de matrícula e mensalidades, ainda que reduzidas ou que ofereçam bolsas de

estudo aos graduandos (RAMIA *et al*, 2022). Nesse sentido, a literatura internacional foca muito mais nos efeitos dos cortes de bolsas ou limitação das cotas raciais, sobretudo após a pandemia de COVID-19 e seus efeitos sobre os estudantes mais carentes (RAMIA *et al*, 2022). Contudo, o intuito desse trabalho é focar no caso da Universidade de Brasília, que é o polo oposto ao modelo americano, europeu ou australiano, ou seja, da universidade pública e sem tarifas de matrícula ou mensalidade. Além disso, a perspectiva racial não foi analisada no presente trabalho.

Hipótese de Pesquisa

A hipótese de pesquisa afirma que os alunos mais carentes ou aqueles beneficiados pelas bolsas alimentação seriam contra a expansão da gratuidade do RU para todos, pois os desiguais seriam tratados igualmente, além de prejudicar outras políticas assistenciais a alunos mais vulneráveis, se os alunos estão cientes que o orçamento da UnB é limitado e seria necessária realocação financeira de outros programas. A hipótese de pesquisa aponta que, devido ao interesse individual e econômico dos estudantes de baixa renda beneficiados pelos auxílios de gratuidade do Restaurante Universitário (RU) e outros benefícios socioeconômicos aos estudantes de baixa renda, os respondentes de baixa renda – que fossem atendidos pelos programas assistenciais - seriam contrários à gratuidade ampla e irrestrita do RU para todos os outros alunos. Dessa forma, devido ao sentimento de grupo e interesse econômico individual (BOBO & KLUEGEL, 1993), os alunos com menor renda estariam cientes de que o orçamento universitário é limitado e uma gratuidade irrestrita das tarifas do Restaurante Universitário (RU) implicaria em prováveis prejuízos para outros colegas na mesma situação econômica dos entrevistados (situação econômica mais vulnerável). Dessa forma, ocorreria então uma injustiça dupla: não só os desiguais seriam tratados de forma igual, como também outros alunos humildes poderiam perder seus auxílios como efeito da gratuidade do RU para todos os estudantes.

Metodologia

Nesse experimento, o intuito foi identificar as opinião amostra de estudantes e generalizá-las para a população estudantil que utiliza o Restaurante Universitário para se alimentar. Dessa

forma, o objetivo ulterior desse experimento é separar os estudantes em dois grupos, controle e tratado, e testar o impacto do tratamento – limite orçamentário da UnB - sobre o apoio à gratuidade do RU, controlando (em tese) todos os outros fatores que poderiam influenciar o resultado (CRESWELL, 2007). Para tanto, utilizou-se a técnica de amostragem aleatória, mas não houve tempo ou recurso suficiente para controlar todos os fatores remanescentes, por isso o foco foi a validade interna da pesquisa. Como um dos meios de controle, o software *Qualtrics* atribuiu aleatoriamente os respondentes aos respectivos grupos. O primeiro grupo recebeu um texto curto falando sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) com definições superficiais. O grupo tratado, por outro lado, recebeu o mesmo texto com uma frase a mais para testar a validade da hipótese, dado que o trecho adicional alega que o orçamento universitário é limitado e a expansão de um programa acarretaria na redução de outro programa, potencialmente de assistência. Por fim, foi inserido um teste de manipulação na última pergunta para conferir se o estudante realmente tinha lido o texto descritivo (um dos filtros).

A partir disso, quando um grupo recebe o tratamento e o outro grupo não o recebe, o pesquisador pode separar se é o tratamento, e não as características pessoais do grupo ou quaisquer outros fatores, que influencia o resultado (CRESWELL, 2007). Um segundo controle foi separar os respondentes entre grupos que acessam o RU gratuitamente e aqueles que pagam o preço integral para comer no RU, ou seja, o tratamento foi realizado após a separação socioeconômica dos estudantes, utilizando a variável independente da renda e desconsiderando as demais, como raça e etc. Para tanto, foi utilizado a metodologia de questionário auto-aplicável pois, além de padronizar as questões e tabular os dados de maneira mais eficiente e com menos custo, a privacidade das respostas é incrementada a partir da redução da interação entre o entrevistador e o participante, mitigando o efeito da desejabilidade social (CRESWELL, 2007).

Quando se trata de realizar *surveys* para medir a opinião da população no geral, seja com estudantes, participantes de grupos marginalizados e minorias ou com participantes que detenham alta influência econômica e política, a tendência científica é escolher uma forma metodológica que implique a diminuição do efeito que se denomina desejabilidade social (BURLE e TURGEON, 2020). Tal efeito está conectado ao comportamento social de negação dos traços ou opiniões não corroborados ou apoiados pela maioria da população, admitindo-se somente aqueles mais aceitos socialmente. Pioneiros na área de ações afirmativas e desejabilidade social no Brasil, Turgeon e Burle (2020) admitem que esse efeito deve ser levado em consideração quando, nas pesquisas de opinião, o relato pessoal é utilizado para mensurar

opiniões consideradas polêmicas. A desejabilidade social varia de acordo com os elementos da pesquisa, como o quanto o entrevistado acha aquela questão polêmica, o contexto social em que o objeto de análise está inserido, o grau de privacidade que o entrevistado possui no momento de proferir sua resposta e o tamanho da população que age de acordo com a atitude socialmente aceita e desejada em relação à população total (CHAVES; TURGEON; WIVES, 2014).

Além disso, um aspecto muito importante em pesquisa social ao se realizar entrevistas é a natureza indutiva das questões, ou seja, as perguntas do *survey* devem ser escritas da forma mais objetiva e impessoal possível, de modo que não se faça perguntas ou afirmações indutoras, em que se utiliza de palavras, expressões ou até a forma de escrita que direciona os respondentes a uma alternativa específica.

Dessa forma, a metodologia de pesquisa consistiu em aplicar um *survey* auto-aplicável aos estudantes que utilizam o Restaurante Universitário do Campus Darcy Ribeiro (Asa Norte). A aplicação do questionário era realizada se o aluno aceitasse participar de uma pesquisa sobre políticas de permanência e auxílio aos estudantes da Universidade de Brasília. Além disso, foi esclarecido que todas as respostas eram individuais e anônimas. Se os estudantes respondessem positivamente, um *QR code* era exibido para que os alunos pudessem fotografá-lo e então serem redirecionados ao questionário. Para desenhar o escopo e a ordem das perguntas, utilizou-se o programa online *Qualtrics* (versão gratuita), que é facilmente compreensível. Dessa forma, as perguntas foram separadas em três blocos consecutivos: as questões sociodemográficas pessoais, as condições de acesso ao Restaurante Universitário e por fim, as questões que mediram o sentimento de grupo dos alunos.

Por ser um questionário rápido (entre 3 e 5 minutos de resposta), acredita-se que as pessoas responderam na fila do RU antes de começarem a se servir. Para tanto, foi escolhido os horários entre 12 horas e 13:30 horas, dado que nesse período os estudantes tendem a ficar mais tempo em pé na fila por causa da lotação máxima do RU, esperando para entrar nos refeitórios internos. Além disso, selecionou-se o RU do Campus Darcy Ribeiro devido ao fato de que a maior quantidade de alunos da UnB se concentra nesse campus central, o que gera maior probabilidade dos alunos serem socioeconomicamente diferentes, enriquecendo a pesquisa e evitando a estratificação em grupos.

Após a aplicação do questionário e compilação dos dados, foi realizada a análise descritiva dos dados coletados e a correlação entre a variável “condição em que o estudante acessa o RU

– gratuidade ou pagando o preço integral” e o tratamento, com o intuito de medir a influência que o item sensível tinha sobre a concordância com a gratuidade irrestrita do RU. Para realizar a correlação linear, foi utilizado a regressão linear por ser mais interpretável do que a regressão logística, além daquela também ser consistente e não enviesada pois os coeficientes são iguais com a mesma margem de erro para ambos os casos. Em seguida, para a execução de todos os cálculos, os programas R e *Rstudio* foram utilizados para realizar as regressões e correlações estatísticas. De forma semelhante, para a análise descritiva de dados e representação gráfica dos mesmos, foi utilizado o programa *Microsoft Office 2013*. Ao final, 279 usuários do Restaurante Universitário participaram da pesquisa, porém, após a limpeza da base de dados, apenas 274 respostas foram contabilizadas como válidas. Os dados disponíveis no site do Restaurante Universitário mostram que, por dia, em média, são preparadas e servidas 6 mil refeições por dia no RU do Campus Darcy Ribeiro - Asa Norte (UnB, 2018), de modo que a aplicação do questionário abrangeu aproximadamente 4.5% das refeições. Os cálculos demonstram que a margem de erro é de aproximadamente 5.7%, utilizando o sítio *online* “*opinionbox*”.

Todas as perguntas do questionário auto-aplicável podem ser visualizadas na tabela abaixo, que mostra as perguntas seguidas das possíveis alternativas de resposta. Todas as perguntas eram obrigatórias e o programa não permitia passar para a próxima pergunta ou bloco sem que todas as questões anteriores fossem respondidas. As questões de múltipla escolha permitiam somente a escolha de uma opção.

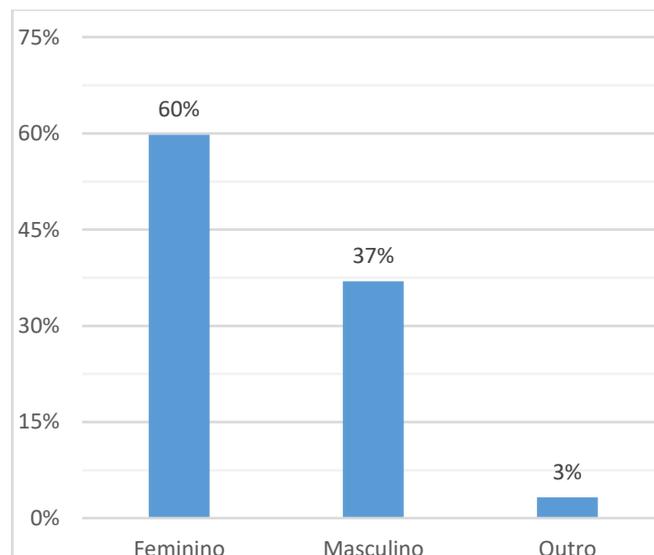
Tabela 1. Relação de perguntas e alternativas

1. Qual é o seu sexo?
 - a. Masculino
 - b. Feminino
 - c. Outro
2. Qual é a sua idade? (Escreva em números)
3. Qual é o seu curso atual na UnB? (Escreva por extenso)
4. Em que ano você ingressou no seu atual curso? (Escreva em números)
5. Na sua opinião, o Restaurante Universitário deveria ser gratuito para todos, independentemente da condição financeira do estudante?
 - a. Sim
 - b. Não
6. De que forma você acessa o restaurante universitário?
 - a. De forma gratuita - Grupo I
 - b. Pagando o preço integral (R\$ 2,85 no café da manhã e R\$ 6,10 no almoço ou jantar) - Grupo II
7. Se o Restaurante Universitário passasse 2 semanas fechadas, como seria afetada a sua frequência à universidade?
 - a. Frequentaria a universidade e as aulas normalmente, me alimentando nas lanchonetes ou restaurantes privados se necessário.
 - b. Frequentaria a universidade e as aulas normalmente, trazendo comidas e alimentos de casa.
 - c. Não conseguiria frequentar a universidade por falta de condições de me alimentar.
 - d. Outro.
8. Nos últimos anos, aumentou-se a demanda por bolsa permanência. Assinale a alternativa abaixo que melhor represente a sua opinião:
 - a. É necessário aumentar o número de estudantes atendidos por bolsa permanência, ainda que isso implique em redução de recursos em outros programas assistenciais.
 - b. É necessário manter o mesmo número de bolsas permanência para não afetar os outros programas assistenciais.
 - c. É necessário reduzir o número de bolsas permanência para aumentar os recursos disponíveis para outros programas assistenciais.

Análise Descritiva de Dados e Resultados

Posteriormente à aplicação do *survey* e limpeza da base de dados - remoção de respostas nulas e incorretas, respostas com campos em branco e com textos nos espaços destinados a números e etc. - foram obtidas 276 respostas válidas. Por sua vez, a universidade de Brasília não consolida estatísticas sociodemográficas para todos os estudantes por campus, mas apenas por curso, o que dificulta fazer comparações com pesquisas por amostragem aleatória não estratificada. Dessa forma, far-se-á a descrição dos dados coletados para cada variável representada graficamente, na ordem das perguntas do questionário, começando pelo sexo:

Gráfico 1. Sexo dos Participantes

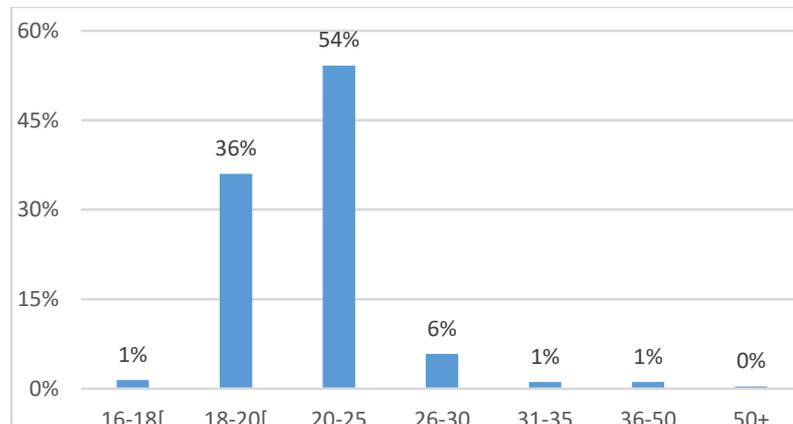


Fonte: elaborada pelo autor

Como se percebe pelo gráfico acima, o público participante da pesquisa foi majoritariamente feminino, com 59,8% das respostas atribuídas a esse sexo. Logo em seguida, há os respondentes masculinos, com pouco mais que a metade das mulheres que responderam, com 37% do total de respostas válidas. Por fim, houve uma minoria de 3,3% que não se identificou nem com o sexo masculino e nem feminino, englobado na categoria de resposta “outros”. Essas diferenças refletem que as mulheres são maioria no ensino superior público brasileiro e são menos propensas à evasão escolar do que os homens, além de ter maior chances

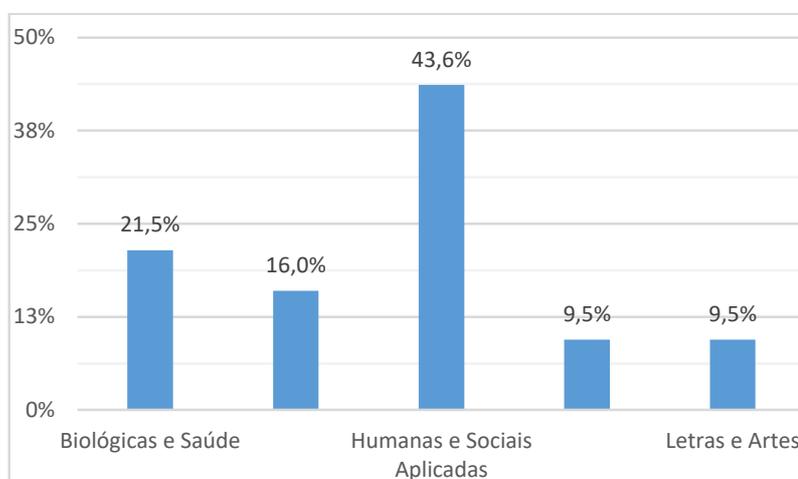
de conclusão do curso (NIERTOTKA; BONAMINO; CARRASQUEIRA, 2023), de modo que a população de estudantes da UnB segue a tendência de maioria feminina nas IES.

Gráfico 2. Faixa etária dos estudantes



Fonte: elaborada pelo autor

Com relação à faixa etária dos estudantes, há 5 categorias: aqueles entre 16 e 17 anos (representados como “16-18[” no gráfico), que contou com 1,5% do total de respostas válidas. Em seguida, exibe-se a faixa etária dos estudantes de 18 e 19 anos (representados como “18-20[””), com 36% do total de respostas válidas. Logo após, há a faixa de idade entre 20 e 25 anos, com mais da metade dos participantes da pesquisa, ao redor de 54,2%; a faixa etária seguinte corresponde àqueles entre 26 e 30 anos, resultando em uma queda expressiva da quantidade de participantes para 5,8%. Em seguida, são representadas as faixas entre 31 e 35 e entre 36 e 50 anos, cada uma com 1,1% da quantidade total de participantes. Por fim, a última faixa etária é daqueles que possuem mais de 50 anos, representados graficamente sobre a variável “+50”. Esse grupo possui a menor quantidade de participantes, correspondendo a 0,4% das respostas válidas. A partir desses dados, verificou-se que há uma grande concentração dos respondentes entre as idades de 18 e 25 anos, com 80% das respostas, mostrando que a população da UnB que frequenta o Restaurante Universitário é notadamente jovem. Tal dado também está em consonância com os demais estudos sobre evasão e políticas de permanência e assistência, pois entende-se que os mais jovens possuem maiores possibilidades de conclusão do curso e menor índice de evasão (NIERTOTKA; BONAMINO; CARRASQUEIRA, 2023), o que está de acordo com a faixa entre 18 e 25 anos dos alunos entrevistados. Desse modo, a amostra dos estudantes que participou do *survey* permite inferir que a população de graduação na UnB é de maioria jovem, fenômeno padrão dentro das universidades brasileiras.

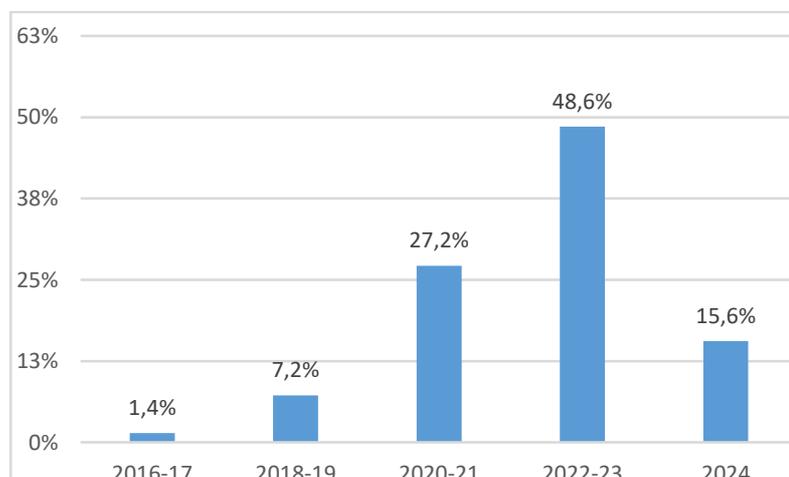
Gráfico 3. Curso dos Participantes

Fonte: elaborada pelo autor

Em seguida, é mister analisar os cursos dos respondentes, para entender melhor o perfil dos estudantes que participaram do questionário e da população de graduandos da UnB. Na ordem gráfica, da esquerda para a direita no eixo x nota-se, em primeiro lugar, os estudantes do grupo de disciplinas das ciências “Biológicas e Saúde”. Esses correspondem a 21,5% dos respondentes. Foram agrupados nessa categoria citada anteriormente os seguintes cursos que apareceram nas respostas ao questionário: Biotecnologia, Biologia, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Medicina, Nutrição e Odontologia. Logo em seguida, aparecem os matriculados nos cursos de “Exatas e Tecnologias”, com 16% das respostas válidas. Estão agrupados nessa categoria os seguintes cursos: Ciência da Computação, Engenharia Civil, Engenharia de Redes, Engenharia Mecatrônica, Engenharia Ambiental, Engenharia de Computação, Engenharia de Produção, Engenharia Elétrica, Engenharia Química, Engenharia Florestal, Estatística, Física, Química e Química Tecnológica. Em terceiro lugar, o grupo das Ciências “Humanas e Sociais Aplicadas”, com a maior quantidade de participantes pertencendo a esse grupo: 45,6%. Os seguintes cursos foram incluídos nessa categoria: Administração, Arquitetura, Biblioteconomia, Ciência Política, Ciências Contábeis, Ciência Econômicas, Ciências Sociais, Comunicação (Social, Organizacional e Publicidade e Propaganda), Direito, Filosofia, Geografia, História, Jornalismo, Museologia, Psicologia, Relações Internacionais, Serviço Social e Sociologia. Em quarto lugar há o grupo de matérias consideradas “Interdisciplinares” com 9,5% das respostas. Esse grupo engloba os seguintes

curso: Agronomia, Ciências Ambientais, Design, Desenvolvimento Sustentável, Geofísica, Geologia e Medicina Veterinária. Por fim, também com 9,5% das respostas, encontra-se o grupo das “Letras e Artes”. Inclui-se nessa categoria os cursos de Artes Cênicas, Línguas Estrangeiras Aplicadas, Letras (Português, Inglês, Francês), Português Brasileiro como Segunda Língua, Linguística Aplicada e Música. Nesse diapasão, estudos que correlacionam evasão e prestígio dos cursos (dividindo-se estes em alto, médio e baixo) mostram que não há diferença estatisticamente significativa de evasão para os diferentes cursos a partir de seu prestígio (FERREIRA; SANTOS; KIPNIS, 2023), ou seja, o tipo de curso do estudante não influencia substancialmente nas características da população universitária. Dessa forma, a maior quantidade de participantes do grupo das humanas na UnB se deve provavelmente pelo fato de que o único campus voltado para as ciências humanas é o Darcy Ribeiro, no qual foi conduzido a pesquisa. Por outro lado, as ciências exatas e biológicas são distribuídas entre o campus principal da Asa Norte e os demais campi nas cidades satélites do Distrito Federal.

Gráfico 4. Período de Ingresso na Universidade

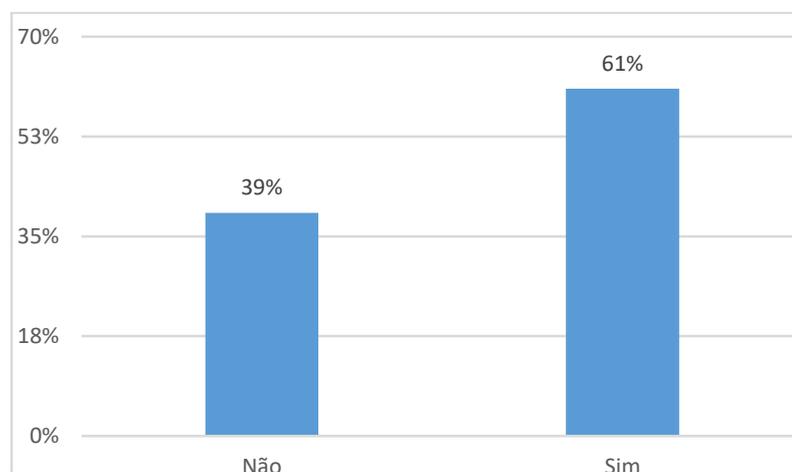


Fonte: elaborada pelo autor

Com relação ao período de ingresso na Universidade de Brasília, repara-se que entre os anos de 2016 e 2017 entraram 1,4% dos respondentes. Entre 2018 e 2018, este número recrudescer para 7,2%. A quantidade de ingressantes a partir de 2020 que responderam o questionário foi muito superior aos respondentes que entraram nos anos anteriores: 27,2% dos participantes entraram entre os anos de 2020 e 2021 e 48,6%, ou seja, quase metade dos participantes do questionário ingressaram na UnB entre os anos de 2022 e 2023. Por fim, 15,6%

dos estudantes que participaram da pesquisa são calouros, visto que entraram ainda no ano de 2024. Conclui-se que mais de 75% dos estudantes que participaram da pesquisa entraram entre os anos de 2020 e 2023 e se encontram entre seu 2º e 7º semestre, porém isso não implica que necessariamente todos eles sejam jovens, como foi observado no gráfico 2, especialmente no que diz respeito à idade dos respondentes da pesquisa. Na literatura correspondente à evasão, explica-se também que o tempo de permanência no curso a partir do ano de ingresso, quando relacionado à idade, apresenta maiores ou menores chances de evasão, sendo que quanto maior o tempo de manutenção no curso, maior a chance de se evadir, o que explica a maior porcentagem de estudantes de semestres iniciais – entre 2020 e 2023 - (NIERTOTKA; BONAMINO; CARRASQUEIRA, 2023) dentre os que responderam, pois nos semestres iniciais os alunos ainda dispõem de maior entusiasmo com as possibilidades de seus estudos se transformarem em vantagens comparativas no mercado de trabalho e toleram as dificuldades de conciliar estudos e trabalhos sem os problemas emocionais, que também são fontes de evasão (FERREIRA; SANTOS; KIPNIS, 2023).

Gráfico 5. Concordância dos alunos com a gratuidade do RU

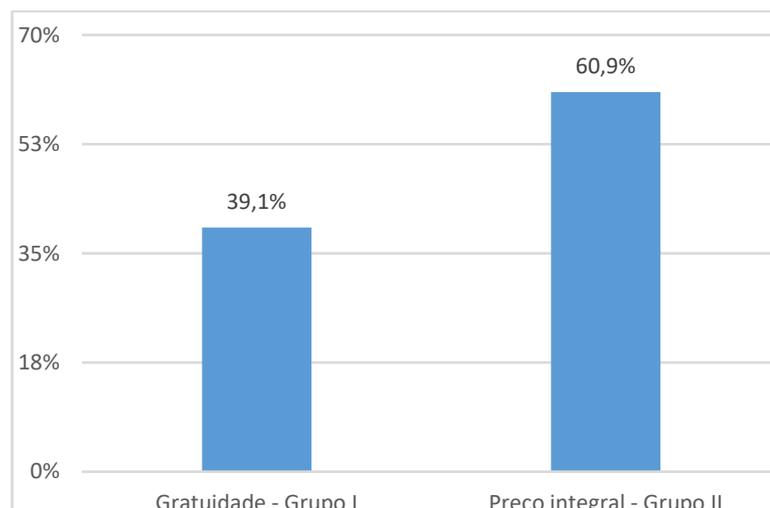


Fonte: elaborada pelo autor

O gráfico acima mede a concordância dos alunos com a gratuidade irrestrita do Restaurante Universitário. Percebe-se que quase 40% (39,1%) consideram incorreta a gratuidade ampla, tratando os desiguais de forma igual. Por outro lado, 60,9% dos participantes da pesquisa avaliam como correta uma gratuidade ampla para todos os estudantes, independentemente de diferenças socioeconômicas. Os dados graficamente expostos acima corroboram a ideia de que,

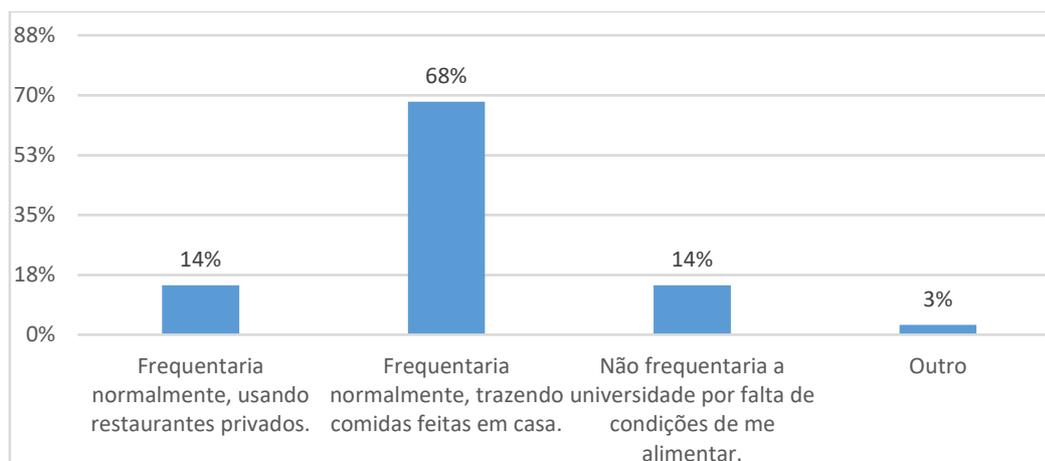
para os alunos, um dos programas mais importantes e que eles mais procuram é a subvenção alimentícia, fator importante para a manutenção dos estudantes nas universidades e que conta, em algumas IES, com a maior procura estudantil dentre os diversos programas de assistência oferecidos pelas universidades públicas (SANTOS; FREIRE, 2022).

Gráfico 6. Forma de Acesso ao Restaurante Universitário



Fonte: elaborada pelo autor

O questionário também buscou mapear as condições em que os estudantes da UnB acessam o Restaurante Universitário do Campus Darcy Ribeiro (Asa Norte). A partir da aplicação, percebeu-se que 39,1% dos estudantes participantes acessam o RU com isenção de custos (Grupo I), enquanto 60,9% acessam o RU pagando o preço integral do almoço (R\$ 2,85 no café da manhã e R\$ 6,10 no almoço ou no jantar), reiterando o fato de que o benefício estudantil de bolsa alimentação é substancial e amplamente utilizado dentro das universidades públicas (SANTOS; FREIRE, 2022).

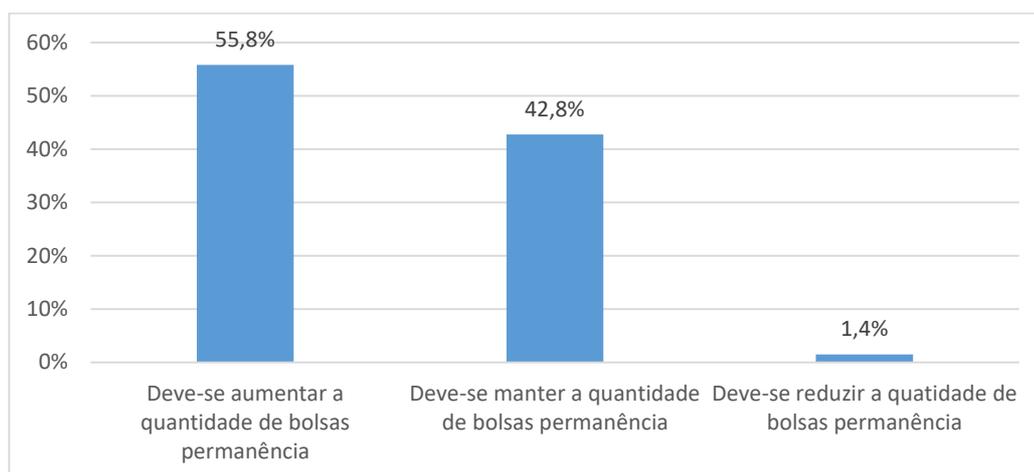
Gráfico 6. Frequência à UnB em caso de fechamento do RU por 2 semanas

Fonte: elaborada pelo autor

Um outro ponto de pesquisa foi medir a influência do fechamento do Restaurante Universitário por 2 semanas e seu impacto sobre a frequência universitária. Nesse sentido, 14,5% dos estudantes responderam que frequentariam normalmente a universidade, se alimentando nos restaurantes e lanchonetes comerciais da UnB, que não são subsidiados. Em seguida, 68,1% dos estudantes que participaram da pesquisa mostraram que frequentariam as aulas normalmente, porém os alimentos seriam preparados e trazidos de casa, mostrando que o poder de consumo desses estudantes não abarca os preços dos estabelecimentos não subsidiados da UnB. Na sequência de exibição gráfica, o próximo item mostra que 14,5% dos estudantes não conseguiriam frequentar mais a universidade por falta de condições de se alimentar, ou seja, não possuem renda para se alimentar nas lanchonetes privadas e também não podem trazer alimentos de casa. Por fim, a categoria “outros”, referente a outros motivos de não comparecer às aulas, registrou apenas 2,9% das respostas. Percebe-se a partir do gráfico acima um dado importante sobre os participantes: mais de 80% dos estudantes que frequentam o RU não possuem renda para comer regularmente nos restaurantes privados e nas lanchonetes sem subsídios. Esse dado distancia a UnB da literatura no geral, pois mostra uma grande quantidade de respondentes que frequentaria as aulas mesmo com o RU fechado, sendo que, nas outras IES, as condições adversas de alimentação são as dificuldades com as quais os alunos mais lidam e são as principais causas pela procura da assistência social das respectivas universidades (SANTOS; FREIRE, 2022), concluindo que as condições alimentares difíceis e a necessidade de trabalhar com o intuito de obter renda para se alimentar constituem dois fatores centrais para a evasão. Além disso, resta comprovado que as políticas surtem diferentes efeitos a depender

do local em que são aplicadas (SILVA; SAMPAIO, 2022), de modo que o quadro da UnB pode ser endêmico em relação às demais IES.

Gráfico 6. Opinião estudantil sobre as bolsas de permanência (teste de manipulação)

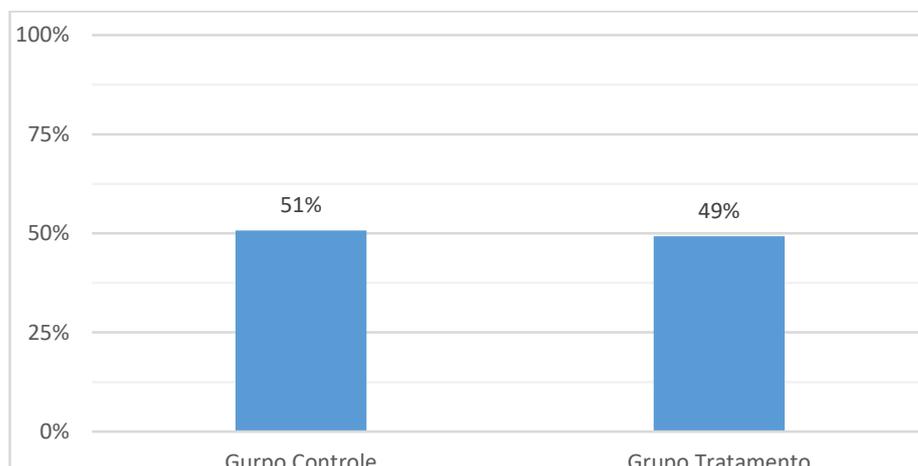


Fonte: elaborada pelo autor.

Além da questão sobre a concordância com a gratuidade do RU, foi inserido um teste de manipulação para saber se o estudante participante da pesquisa entendeu o que ele tinha lido, dado que ao grupo controle e ao grupo tratamento foram exibidos diferentes textos (ver próximo gráfico). O parágrafo do grupo tratado possuía uma frase que argumentava que o orçamento da UnB é limitado e a expansão de um programa assistencial poderia comprometer ou restringir o acesso e a quantidade de oferta de outro programa de assistência estudantil. Os resultados mostraram que 55,8% dos alunos participantes pensam que é necessário aumentar a quantidade de bolsas permanência, mesmo em detrimento de outros programas de assistência social. Por outro lado, 42,8% dos estudantes defendem que a quantidade de bolsas de permanência deve ser mantida, para não prejudicar a oferta de outros programas de assistência. Por fim, 1,4% dos estudantes pensa ser adequado reduzir a quantidade de bolsas de permanência para expandir outros programas assistenciais para estudantes. Nesse diapasão, mostra-se que não há um efeito de desejabilidade social a ser mitigado (BURLE e TURGEON, 2020; CHAVES; TURGEON; WIVES, 2014), visto que a maioria concorda com a expansão das bolsas de permanência independente da fonte de custeio, reforçando o argumento da literatura sobre evasão de que os estudantes enxergam os auxílios oferecidos pelas IES como algo notável, e que essas

subvenções são procuradas por grande quantidade de alunos nas universidades federais em algum momento de sua graduação (SANTOS & FREIRE, 2022; NIERTOTKA et. al., 2023).

Gráfico 7. Grupos do Experimento



Fonte: elaborada pelo autor.

O penúltimo gráfico da seção de análise descritiva de dados mostra como o *software Qualtrics* separou os participantes em grupo controle e grupo tratamento de maneira aleatória e mais simétrica possível, com o intuito de reforçar ao máximo a validade interna da pesquisa. Logo, percebe-se que 50,7% dos participantes recebeu o texto original, adequando-se ao grupo controle, e 49,3% recebeu o texto tratado (com a frase que abarca limitações orçamentárias e *trade-offs* entre as diferentes políticas).

Por fim, passar-se-á à correlação entre a renda e a probabilidade de concordância com a gratuidade do RU para todos, sendo esse o ponto nodal do trabalho aqui realizado, a partir da divisão entre o grupo dos estudantes que acessa o RU de graça e os que pagam o valor integral das refeições (grupo I e grupo II, respectivamente).

Gráfico 8. Coeficientes estatísticos para o controle e o tratamento do grupo II

Dependent variable:	
Y_f	
AcessoPagando o preço integral - Grupo II	0.159* (0.085)
T1	0.080 (0.094)
AcessoPagando o preço integral - Grupo II:T1	-0.203* (0.121)
Constant	0.536*** (0.065)
Observations	274
R2	0.016
Adjusted R2	0.005
Residual Std. Error	0.488 (df = 270)
F Statistic	1.444 (df = 3; 270)
Note:	*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Fonte: *programa RStudio*

Gráfico 9. Probabilidade de apoio à gratuidade antes e depois do tratamento para os Grupos I e II



Fonte: *programa RStudio*.

Para entender a resposta à hipótese e a tabela de coeficientes, o gráfico deve ser explicado. Há no eixo x a legenda “tratamento” e os grupos I e II (relativos ao preço que pagam para acessar o Restaurante Universitário), e no eixo y há a probabilidade de apoio à gratuidade e os percentuais representados em décimos entre 0.4 e 0.8. Além disso, o número 0 no eixo x mostra os participantes dos dois grupos que não foram tratados com o item sensível, ao passo que o

número 1 representa justamente o inverso. As barras verticais acima e abaixo de cada círculo cheio em azul e vermelho no gráfico representam as margens de erros da regressão linear.

Partindo propriamente para a resposta da hipótese, percebe-se que, para o Grupo II, há de fato uma variação negativa em relação ao apoio da gratuidade quando o grupo é tratado com o item sensível, porém essa variação não é estatisticamente significativa, pois as margens de erro se sobrepõem no eixo y, ou seja, não é possível inferir com certeza que há uma variação significativa na opinião.

Com relação ao grupo dos estudantes que tem direito à gratuidade do RU (maior vulnerabilidade socioeconômica) – o cerne do trabalho - o efeito parece ser inverso, ou seja, quando tratados com o item sensível (barra azul mais à direita no gráfico), eles parecem aumentar a sua concordância com a gratuidade irrestrita do Restaurante Universitário. Porém, novamente, as margens de erro desse grupo no eixo y se sobrepõem (as duas barras azuis), ou seja, a variação é estatisticamente insignificante, concluindo que não há variação significativa para qualquer um dos grupos quando confrontados com o item sensível. A partir disso, mesmo que a renda estudantil seja um fator importante no que tange à permanência e diplomação em tempo regular no ambiente acadêmico (SANTOS & FREIRE, 2022; NIERTOTKA et. al., 2023), não é considerado como um fator que define opiniões sobre a direção e abrangência das políticas de auxílio estudantil para os estudantes no ensino superior público brasileiro.

Considerações finais

Demonstrou-se que a hipótese de pesquisa não prospera entre os estudantes entrevistados da UnB. Ou seja, os estudantes são indiferentes se as pessoas que serão beneficiadas com a gratuidade do RU são economicamente mais ou menos vulneráveis, mesmo que a expansão do benefício gere restrições de assistência em outras áreas. Contudo, notou-se que os alunos se importam com a expansão da gratuidade do Restaurante Universitário independentemente da fonte de custeio. Diante do exposto, este estudo representa uma contribuição para a literatura ao estender a análise das políticas de inclusão universitária para além das abordagens tradicionais focadas na perspectiva racial, e incorpora também a perspectiva econômica como um fator central na formulação de opiniões dos estudantes. Ao adotar uma abordagem metodológica que não contempla apenas respostas diretas, mas utiliza questionários sigilosos para mitigar os efeitos da desejabilidade social, este estudo demonstra um esforço para

compreender com profundidade o impacto do discurso de limitação orçamentária sobre a visão de políticas públicas distributivas no meio estudantil, principalmente entre os estudantes de baixa renda.

Nesse diapasão, os dados coletados demonstraram que a hipótese inicial não é confirmável, ou seja, os estudantes não pensam de modo diferente quando confrontados com a restrição financeira, que é um elemento característico de todas as políticas públicas, em especial as de educação. Essa característica passou a ser reforçada desde 2015 e chegou ao seu ápice em 2017, com o antigo teto de gastos, que limitava o reajuste do gasto público à inflação, exigindo cada vez mais produtividade e eficiência com os recursos destinados às políticas públicas. Cabe também a futuras pesquisas identificar e analisar quais serão os comportamentos financeiros dos gestores universitários com essa situação de contenção de gastos do setor público na agenda política brasileira.

A proposição de um *survey* elaborado para medir indiretamente a influência do discurso de contenção orçamentária sobre o apoio à gratuidade universal do Restaurante Universitário reflete a necessidade de uma análise abrangente das implicações das políticas de subsídio na Universidade de Brasília e também a análise da adequação dos discursos dos movimentos estudantis, que pleiteiam cada vez mais subsídios para os alunos. Considerando que tais políticas têm um impacto direto na vida dos estudantes, especialmente daqueles de baixa renda, é importante compreender o modo pelo qual fatores como a renda podem moldar atitudes em relação a essas políticas. A pesquisa aqui proposta buscou responder a uma pergunta pouco frequente: qual o efeito da renda dos estudantes no apoio às políticas de subsídio na Universidade de Brasília, mais especificamente no que diz respeito à gratuidade do restaurante universitário, se eles soubessem que os recursos universitários são limitados e que colegas de baixa renda podem ser prejudicados com essa expansão? A construção dessa indagação é resultado da lacuna da literatura, que muitas vezes foca a análise de políticas de educação e inclusão sob a perspectiva racial, principalmente com a expansão e o sucesso da Lei de Cotas em promover diversidade social e étnico-racial nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas. A partir disso, a monografia buscou não apenas compreender a força do discurso fiscal de limitação orçamentária, mas também avaliar se os alunos estão inclinados a olhar exclusivamente seus próprios interesses individuais (auto-interesse) ou se são capazes de reconhecer as necessidades coletivas e as consequências de suas escolhas sobre os programas de subsídio disponíveis.

Portanto, ao investigar em profundidade as atitudes dos estudantes em relação às políticas de subsídio, este estudo oferece resultados empíricos coletados no Restaurante Universitário para os avaliadores de políticas, administradores universitários e outros interessados no desenho e implementação de estratégias eficazes de inclusão e apoio aos estudantes de baixa renda. Ao entender melhor como as políticas de subsídio são percebidas e recebidas pelos estudantes, podemos avançar na direção de um sistema de ensino superior mais justo e acessível para todos. Este estudo não esgota de forma alguma a complexidade do assunto, mas traz à tona vários aspectos importantes do comportamento dos estudantes, principalmente dos que habitam no DF e entorno e pertencem à comunidade acadêmica da Universidade de Brasília.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, R. A.; PEDRON, C. D. Os objetivos das ações afirmativas em uma Instituição de Ensino Superior (IES) pública brasileira: a percepção da comunidade acadêmica. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 99, p. 54-73, mai. 2018. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/3318>>. Acesso em: 06 fev. 2023

BASSO-POLETTI, D.; EFROM, C.; BEATRIZ-RODRIGUES, M. Ações Afirmativas no Ensino Superior: revisão quantitativa e qualitativa de literatura. **Revista Electrónica Educare**, vol. 24, n. 1, pp. 292-325, 2020. Universidad Nacional. CIDE. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/1941/194162217016/html/#fn1>>. Acesso em: 06 fev. 2023

BIZERRA, L. F. F. et al. Os impactos da Emenda Constitucional nº 95/2016 nas Universidades Federais: O caminho para o desmonte. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 15, nov. 2022. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/37173/30994>>. Acesso em: 06 fev. 2023

BOBO, L.D.; KLUEGEL, J.R. Opposition to race targeting: self-interest, stratification ideology, or racial attitudes? **American Sociological Review**, vol. 58, no. 4, Ago. 1993, p. 443-464. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/2096070>>. Acesso em: 06 fev. 2023

BRASIL. Constituição (1988). **Emenda constitucional Nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm>. Acesso em: 06 fev. 2023

BURLE, F. R.; TURGEON, M. Ação afirmativa e desejabilidade social. **Opinião Pública**, v. 26, mai./ago. 2020, p. 283-322, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/op/a/Tw7Ty5r533W8M9NjxbbTqgS/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 06 fev. 2023

CRESWELL, John. W. **Projetos de Pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2007. E-book. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/696271/mod_resource/content/1/Creswell.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2024

DORNELAS, H. UnB terá R\$ 9,6 milhões a menos em 2024; redução é de 5,25%. **Correio Brasiliense**, Brasília, 22 dez. 2023. Eu Estudante. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/ensino-superior/2023/12/6774398-unb-tera-rs-96-milhoes-a-menos-em-2024-reducao-e-de-525.html#:~:text=O%20Or%C3%A7amento%20da%20Universidade%20de,bolsas%20e%20aux%C3%ADlios%20para%20estudantes>>. Acesso em: 22 jun. 2024

FERREIRA, L. C. C., ALMEIDA, A. N de., SANTOS, C. C. B., & KIPNIS, B. (2023). Assistência estudantil: Uma avaliação de sua efetividade. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, 31(112). Disponível em: <<https://doi.org/10.14507/epaa.31.7521>>. Acesso em: 11 maio 2024

KLUEGEL, J.R.; SMITH, E.R. Affirmative Action Attitudes: Effects of Self-interest, Racial Affect, and Stratification Beliefs on White's Views. **Social Forces**. v. 61. p. 797-825. Mar. 1983.

NIEROTKA, R. L.; BONAMINO, A. M. C. de., CARRASQUEIRA, K. Acesso, evasão e conclusão no Ensino Superior público: evidências para uma coorte de estudantes. Ensaio: **Avaliação de Políticas Públicas Educativas**, Rio de Janeiro, v.31, n.118, p. 1-24, jan./mar. 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-40362022003003107>>. Acesso em: 9 maio 2024

QUE TAL SABER UM POUQUINHO MAIS SOBRE O NOSSO RU? Conheça algumas curiosidades de um dia de refeição por aqui. **Decanato de Assuntos Comunitários**. Brasília, 12 maio 2018. Disponível em: <<https://www.ru.unb.br/index.php/186-categoria-ru-em-numeros>>. Acesso em 22 jun. 2024

RAMIA, G., MITCHELL, E., HASTINGS, C., MORRIS, A., & WILSON, S. (2022). The pandemic and the welfare of international students: abandonment or policy consistency? **Australian Universities' Review**, 64(1), 17-26. [S. l] Disponível em: <<https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ1372492.pdf>>. Acesso em: 6 maio 2024

SANTOS, C. C. B.; ABRANTES, P. P. M.; ZONTA, R. Limitações orçamentárias: desafios à assistência estudantil da UnB em tempos de pandemia. **Cadernos Cajuína**, v. 6, n. 3, 2021. Disponível em: <<https://cadernoscajuina.pro.br/revistas/index.php/cadcajuina/article/view/503>>. Acesso em: 06 fev. 2023

SANTOS, S. M. dos., FREIRE, R. S. Acesso e permanência na educação superior como direito: sobre os impactos das políticas de assistência estudantil e ações afirmativas na UFOB.

Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior. Sorocaba, SP, v. 27, n. 02, p. 260-280, jul. 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/aval/a/LFMj3QJpFMfLYtKC436mpsH/?lang=pt>>. Acesso em: 10 maio 2024

SILVA, P. T. de F.; SAMPAIO, L. M. B. Políticas de permanência estudantil na educação superior: reflexões de uma revisão da literatura para o contexto brasileiro. **Revista de Administração Pública.** Rio de Janeiro 56(5): 603-631, set. - out. 2022. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0034-761220220034>>. Acesso em: 8 maio 2024

TINTO, V. Research and practice of student retention: What next?. **Journal of College Student Retention: Research, Theory & Practice**, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 1-19, May 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.2190/4YNU-4TMB-22DJ-AN4W>>. Acesso em: 10 maio 2024

TURGEON, M.; CHAVES, B. S.; WIVES, W. W. Políticas de ação afirmativa e o experimento de listas: o caso das cotas raciais na universidade brasileira. **Opinião Pública**, Campinas, v. 20, n. 3, p. 363-376, dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762014000300363&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 fev. 2023

VIDIGAL, R. L. B. D. P. Medindo assuntos socialmente sensíveis: o uso do experimento de lista e políticas de ação afirmativa. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. 6, n. 1, 2015. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/38821/25764>>. Acesso em: 06 fev. 2023